

Roriz é acusado por desperdício de verbas ⁹⁹

Texto recomenda aprofundamento das investigações sobre governador do DF

BRASÍLIA — O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, é acusado de usar verbas do Orçamento, de maneira descontrolada, desperdiçando o patrimônio público, em obras como as do Metrô, ampliação do presídio da Papuda e construção da Escola Técnica de Brasília. A acusação faz parte do relatório que a subcomissão de emendas da CPI do Orçamento concluiu ontem. No documento, a subcomissão propõe a continuidade das investigações pelo Ministério Público Federal (MPF) e Receita Federal. Roriz é responsabilizado

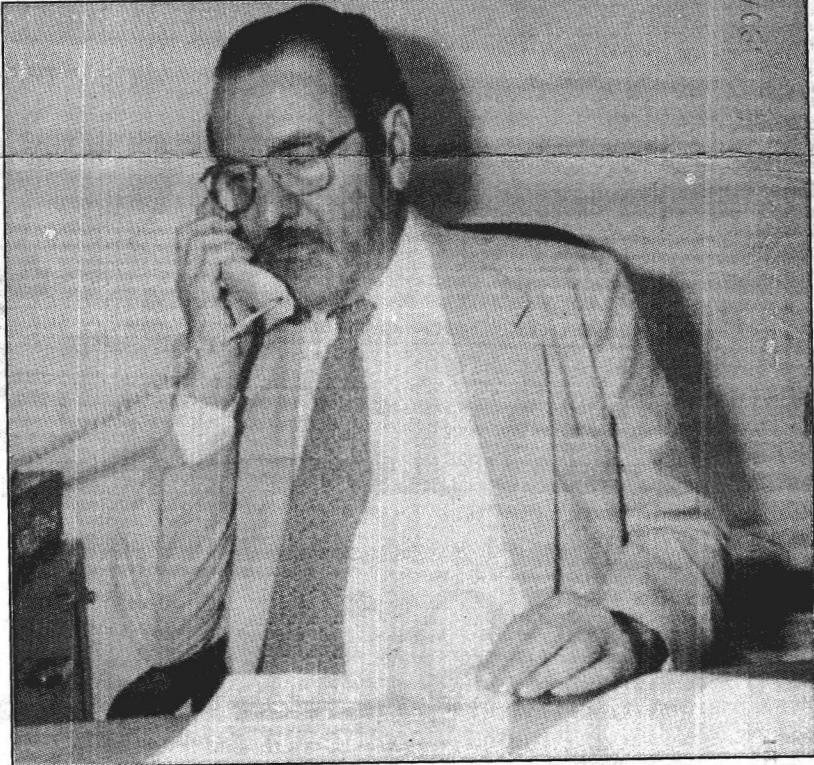
**LUCENA É
CITADO POR
SUSPEITA DE
IRREGULARIDADE**

por "malversação do patrimônio público, mesmo que por omissão, na medida em que foi sob sua supervisão que ocorreram episódios ruinosos ao Tesouro Público". O governador negou a existência de qualquer irregularidade. Disse que, se ocorreram, a culpa cabe exclusivamente ao governo federal.

O documento será encaminhado também à Câmara Distrital do DF, mas não constará no relatório final da CPI por persistir a dúvida jurídica sobre a competência do Congresso para investigar um governador. "No caso da ampliação do presídio da Papuda, o desembolso injustificado de dinheiro público alcançou a marca de 60%", assinalou o relatório. "A situação agrava-se no que tange à obra da Escola Técnica: nesse projeto, o superfaturamento médio ultrapassou a barreira dos 100%, de modo que a comunidade poderia ter,

com o mesmo dinheiro, não uma única escola, mas duas." Na ampliação do presídio, as irregularidades incluem uma carta de fiança, apresentada pela vencedora da licitação, Construtora OAS, com vencimento em 30 de fevereiro — "data inexistente".

O relatório da subcomissão, coordenada pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS), poupará apenas três pessoas da lista de investigados pela CPI e recomendou a cassação de 17 parlamentares, por falta de decoro parlamentar, sonegação fiscal e suspeita de enriquecimento ilícito. Além



Bisol: relatório do senador pede a cassação de 17 parlamentares

dos já conhecidos, foi incluído o deputado Aníbal Teixeira (PTB-MG) — *veja quadro acima*. Para os que não tiveram a cassação recomendada, o documento propõe que o MPF e a Receita Federal dêem prosseguimento às investigações. Até o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), foi citado por suspeitas de irregularidades e proposto o encaminhamento do seu nome para investigação.

Também deverão ter sua vida fis-

cal e patrimonial devassadas pela Receita e pelo MPF os governadores Edison Lobão (PFL), do Maranhão, João Alves Filho (PFL), de Sergipe, os ex-ministros Margarida Procópio, Carlos Chiarelli e Henrique Hargraves e os ex-secretários nacionais de Habitação Ramon Arnús e de Saneamento Walter Annichino. Os três absolvidos são o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) e os deputados Valdomiro Lima (PDT-RS) e Gedel Vieira Lima (PMDB-BA).